



ATA DE REUNIÃO – 1ª Extraordinária
Comitê Estadual Intersetorial de Segurança nas Escolas e nos Espaços
Educacionais da Bahia- CISE

Pauta: 1) Informes Gerais. 2) Continuação da discussão e validação do plano de ação.

Participantes: Presidente Adélia Pinheiro- Secretária SEC; Helder Amorim - Coordenador Executivo de Articulação de Projetos para Educação; Mohanna Figueira - Assessora Especial/GAB-SEC; Olinto Macedo - Secretaria da Segurança Pública – SSP; Regina Affonso – FUNDAC/SJDH; Dr^a Ana Cecília Cardoso Bandeira – Diretora Geral do DPT; CEL PM Nilton César Machado Espíndola – PMBA; CEL BM Adson Marchesini – Comandante Geral Corpo de Bombeiros Militares da Bahia; MJ BM Rodolfo Cunha – CBMBA; Cláudia Trindade - Casa Civil; Anderson Alves - COJUVE-SERIN; Patrícia Saback – PGE/BA; Regina Affonso – SJDH DG/FUNDAC; Bruno Moura - Defensoria Pública; Prof. Rui Oliveira – APLB; Adalvo Nunes Dourado Jr. - Promotor de Justiça-MPBA; Bruno Andrade Marconi – Polícia Federal; Anna Tereza Landgraf – OAB/BA; Allysson Mustafá – Presidente SINPRO; Dep. Estadual Olívia Santana – Presidente da Comissão de Educação ALBA; Jorge Tadeu – SINEPE; Pedro Lucas Soares – UNE; Victor Queirós – UBES; Profa. Adriana Marmorì – Fórum de Reitores; Gilvânia Nascimento – UNCME; Alda Pepe – UNCME; Luciano Suedde – SECOM; Elaine Nogueira – PCBA; Helena Oliveira – UNICEF; Nildon Pitombo – FEEBA; Anderson Passos dos Santos – UNDIME; Paulo César da Silveira - TJBA. Às 16:50h do dia 18 de maio de 2023, na sala de reunião, localizada no gabinete da Secretaria de Educação, dá-se início à 1ª reunião Extraordinária do Comitê Estadual Intersetorial de Segurança das Escolas e dos Espaços Educacionais da Bahia - CISE, instituído pelo Decreto Estadual nº 21.992, de 14 de abril de 2023, com a participação dos membros citados acima e representantes ouvintes de alguns órgãos. A Presidente do Comitê, Excelentíssima Senhora Secretária da Educação, Adélia Pinheiro faz a abertura da reunião agradecendo a participação dos membros presentes e também os que estão participando na modalidade virtual, bem como, reforça a publicação do regimento do Comitê e realiza leitura dos informes referentes às ações do CISE que foram concluídas com êxito: Envio de ofícios para as Universidades Estaduais, Federais e Institutos sobre canal de comunicação com a Segurança Pública e o fluxo definido, além de envio para ANUP – Associação Nacional das Universidades Particulares com o mesmo conteúdo, conforme citado em reunião anterior. Reforça sobre a criação de mesa no SEI para facilitar comunicação com todos e assinatura das atas, além de criação de usuários externos para os entes não governamentais seguirem o mesmo fluxo, todas as orientações e documentos serão enviadas por e-mail. Para esta reunião foram convidados ALBA, TJBA e FEEBA. Em seguida, apresenta o calendário anual das reuniões para validação dos membros, com explicação sobre a dinâmica proposta para as datas relacionadas, apenas houve sugestão de alteração para os meses de junho e dezembro e todos concordaram, restou concluído esse ponto. Próxima pauta foi a apresentação das contribuições recebidas para construção do plano de ação “Escola Segura” para discussão e validação dos membros participantes nessa data. A Presidente do Comitê inicia a leitura das sugestões recepcionadas por e-mail oriundas

Ata de Reunião - Página 1 de 4

Secretaria de Educação do Estado da Bahia

5ª Avenida Centro Administrativo da Bahia, 550 - Centro Administrativo da Bahia, Salvador
- BA, 41745-004

da Polícia Federal, OAB/BA, Defensoria Pública e COJUVE/SERIN. O conselho de psicologia tem regramento específico sobre telessaúde o que torna inviável a primeira sugestão da Polícia Federal. O representante da Polícia Federal se manifesta sobre preferência de validação da ação pelo grupo e que não concorda com a invalidação. Dr. Olinto se posiciona e concorda com a posição da Presidente além de reforçar que ainda existe um preconceito com a telessaúde, fala de experiências pessoais principalmente no quesito da segurança e informa que estamos preparados para essa modalidade. O representante da UNDIME acha interessante a sugestão e diz que em reuniões com o Ministro da Educação, existe uma proposta de liberação de orçamento para atendimento presencial de psicologia e solicita que seja feita cobrança de repasse dessa verba. O representante do SINEPE também concorda com a sugestão do colega e se cita a preocupação com a qualidade do atendimento, ponderando inclusive a possibilidade de se tornar uma central de atendimento. A Presidente do Comitê ressalta a condição de senso comum sobre a qualidade da prática da telessaúde e tem preocupação tanto da psicologia escolar quanto da assistencial, e acrescenta que o CISE não tem competência para isso e sim, o Conselho de Classe dessas profissões. O CISE só pode recomendar aos municípios a proverem dos serviços de telessaúde nas Unidades Escolares. Temos preocupação com o volume de escolas, que são 1700 (mil e setecentos) no total e na Capital são 256 (duzentos e cinquenta e seis), sabemos também que existem municípios que não possuem psicólogo na rede de ensino. Além disso, no quadro efetivo da Secretaria da Educação não temos Psicólogos e Assistentes Sociais, sendo as únicas formas de contratação concurso público ou reda, ou ainda PJ por via de processo licitatório. Encerra por defender a proposta no campo da psicologia utilizando a telessaúde. Nesse momento a PGE se posiciona informando que enquanto não houver criação desses cargos na estrutura de quadro efetivo da SEC, não existe a possibilidade de atendimento presencial por esses profissionais, acrescenta ainda que, já existe em tramitação processos SEI para as devidas análises. Após votação sugerida pelo titular do representante da Polícia Federal, a maioria dos votos confirma o atendimento via telessaúde, ficando registrado em ata a justificativa da inviabilidade de implantar a sua sugestão pelos seguintes motivos: Inexistência desses profissionais no quadro da SEC (processo em tramitação); Inexistência de alguns profissionais em alguns municípios; Tecnicamente não se pode contratar esses profissionais (psicólogos e assistentes sociais), assim sendo, conclui-se com a manutenção da ação conforme proposta original. O segundo ponto apresentado pela Polícia Federal é absorvido de forma administrativa e a informação sobre o andamento dos processos citados, já devidamente esclarecida durante a reunião. Após, restou definido que o CISE enviará à PGE um ofício sobre justiça restaurativa e conflitos no âmbito das Unidades Escolares. Como próximo ponto, são apresentadas as sugestões da OAB/BA que solicitam inclusão de cursos de capacitação para os alunos e toda comunidade escolar, sugestão acolhida por todos e incluída no plano. O representante da UEFS sugere incluir na capacitação proposta pela OAB, os pais e responsáveis, além de incluir os funcionários terceirizados. A Presidente do Comitê informa que o plano é flexível e pode ser alterado a qualquer momento com contribuições futuras. O representante da UBES sugere incluir nos eixos 3 e 4 as entidades estudantis para que possam contribuir junto à construção dos temas além de sugerir que o CISE fomente criação de grêmios nas escolas para fortalecer as ações desenvolvidas pelo Comitê. Continuando com contribuições da

plenária para os eixos 3 e 4, a representante da UNCME entende que deve inserir a participação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação pois, uma de suas funções é atuar em regulamentações considerando atividades curricularizadas, sendo cabível porque os projetos pedagógicos são flexíveis. Pode-se e deve-se inserir elementos os elementos propostos nos eixos supracitados, que diferem dos projetos pedagógicos já em curso. Sugere apreciação e recomendação com alteração curricular para as escolas, havendo preocupação também com escolas da sede e da zona rural. A Presidente do Comitê sugere que faça um discurso separada do contexto da reunião do Comitê com a participação da SEC, UNDIME, UNCME e CEE sobre o tema citado pela UNCME e as ações dos Conselhos realizadas no ano letivo. O representante do Corpo de Bombeiros apresenta duas sugestões que são validadas para inclusão no plano. A representante do Fórum de Reitores sugere que cada membro apresente sugestões de processos formativos, identificando o papel de cada um, traduzindo na criação de um programa voltado às ações do Comitê. Restou definido que na próxima reunião, serão apresentadas as entidades que se responsabilizarão em processos educacionais, bem como, elaborar um programa para atender essa demanda. O representante da UEFS acrescenta que o Conselho de Segurança Escolar iniciou um projeto para formação da brigada e bombeiro mirim, que é uma iniciativa de grande relevância. Os participantes concordam com a dinâmica, a Presidente agradece mais uma vez a participação de todos e encerra a reunião.

Adélia Pinheiro

Presidente do Comitê e Secretária da SEC

Helder Amorim

Coordenador Executivo SEC/BA

Mohanna Figueira

Secretária Geral

Anna Tereza Almeida Landgraf

OAB

Regina Affonso de Carvalho

SJDH

Helena Oliveira da Silva

UNICEF

Gilvânia da Conceição Nascimento

UNCME

Pedro Lucas Soares

UNE

Luciano Suedde

SECOM

Dep. Estadual Olívia Santana

ALBA(Convidada)

Elaine Nogueira da Silva

Polícia Civil

Nildon Pitombo

FEEBA

Ana Cecília Cardoso
DPT

Paulo César da Silveira
TJBA (Convidado)

Cel. PM Nilton César Machado Espíndola
PMBA

Rui Oliveira
APLB

Cel. BM Adson Marchesini
CBMBA

Jorge Tadeu Coelho
SINEPE

Anderson Alves
COJUVE/SERIN

Allyson Mustafa
SINPRO

Patrícia Saback Pacheco S. de Oliveira
PGE

Adriana Marmorì
Fórum de Reitores

Bruno Marconi
Polícia Federal

Victor Jesus Queirós
UBES

Advaldo Nunes Dourado Júnior
MPBA

Anderson Passos dos Santos
UNDIME

Bruno Moura de Castro
DPE

MJ BM Rodolfo Cunha
CBMBA

Alda Pepe
UNCME